ASSEMBLEIA FISCALIZA

Relatório de Reunião com Recomendações

Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese

1º Quadrimestre – 2019

Data da reunião: 12/6/2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

ASSEMBLEIA FISCALIZA – 1º QUADRIMESTRE DE 2019

RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

I – Apresentação

No dia 12/6/2019, as Comissões de Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Defesa dos Direitos da Mulher receberam Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

II – Presenças

- **Comissão de Esporte, Lazer e Juventude:** deputados Zé Guilherme (presidente da comissão e da reunião), Coronel Henrique, Gustavo Valadares (substituindo o deputado Fábio Avelar de Oliveira), Mauro Tramonte (substituindo o deputado Mário Henrique Caixa), Ulysses Gomes (substituindo o deputado Elismar Prado).
- **Comissão de Direitos Humanos:** deputadas Leninha (presidente) e Andréia de Jesus (vice-presidente) e deputados Betão e Bruno Engler.
- **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** deputados Professor Wendel Mesquita (presidente), Duarte Bechir (vice-presidente), Professor Cleiton, Zé Guilherme e Doorgal Andrada (substituindo o deputado Doutor Paulo).
- **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social:** deputados Celinho Sintrocel (presidente), André Quintão (vice-presidente) e Gustavo Valadares e deputada Marília Campos.
- **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:** deputadas Marília Campos (presidente), Andréia de Jesus (vice-presidente) e Leninha e deputado Leonídio Bouças (substituindo a deputada Celise Laviola).
- **Demais presenças:** deputadas Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e deputados Sávio Souza Cruz, Virgílio Guimarães, Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gil Pereira, João Leite, Carlos Henrique, Léo Portela, Bosco, Noraldino Júnior, Doutor Jean

Freire, Roberto Andrade, Cleitinho Azevedo, Raul Belém, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Professor Irineu e Bartô.

III – Discussões

Conforme estabelece a Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019, a secretária de Estado de Desenvolvimento Social fez uma exposição sobre a gestão da secretaria e informou tanto sobre as atividades em execução quanto sobre o planejamento das atividades futuras, destacando as temáticas enfatizadas previamente pelos deputados e deputadas.

Uma questão levantada por todos os parlamentares presentes disse respeito ao fato de a Sedese ter-se transformado em uma "supersecretaria" em decorrência da atual reforma administrativa, agrupando diversas políticas públicas, por um lado com aumento de atribuições, por outro, redução de orçamento. A secretária esclareceu que a Sedese passou a integrar sete áreas de atuação – assistência social; direitos humanos; segurança alimentar; trabalho, emprego e renda; habitação; política sobre drogas; e esportes – e que isso tem sido encarado como uma oportunidade de integração de áreas complementares e fortalecimento de uma política social mais completa. Apesar da fusão e de uma estrutura enxuta, a secretária esclareceu que houve transferência de orçamento de todas as áreas, embora com um orçamento inicial mais contingenciado. E que a restrição orçamentária e a baixa execução das ações têm sido realidade em todas as secretarias.

Destacamos, a seguir, os principais pontos de discussão abordados na reunião, agrupados por área temática.

Esporte, lazer e juventude

Em relação ao financiamento da política de esportes, por conta da situação financeira do Estado, a secretária tem buscado recursos por meio da Lei Federal nº 11.438, de 2006 – Lei Federal de Incentivo ao Esporte –, para financiar algumas das ações sob sua responsabilidade. Ainda em relação a essa norma, a secretária destacou que pouquíssimos projetos esportivos de Minas Gerais são patrocinados por meio dela. Questionada sobre o repasse de recursos do Ministério do Esporte à Sedese por meio da Fonte 38 – Transferências de Recursos da União Vinculados ao Esporte –, a titular informou que os repasses têm ocorrido regularmente. Para o exercício de 2019 estão previstos 13 milhões de reais por meio dessa fonte.

Em relação à Lei nº 20.824, de 2013 – Lei Estadual de Incentivo ao Esporte –, os parlamentares mencionaram a necessidade de estimular projetos direcionados ao esporte amador e de ampliar o montante de recursos destinados ao incentivo, já que muitas empresas consideram a

norma mineira pouco atrativa. Além disso, outras unidades da Federação preveem incentivos superiores ao da norma estadual. A secretária informou que elaborará editais para o exercício de 2019 e uma das novidades em relação aos exercícios anteriores é a destinação de parte dos recursos para o apoio a projetos esportivos direcionados a idosos e a pessoas com deficiência, que tradicionalmente encontram dificuldade de captação.

A titular da pasta foi questionada ainda sobre a Lei nº 16.318, de 2006, que concede desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado. Ela alegou que o instrumento é utilizado pela Sedese, mas é de difícil operacionalização, já que diversos devedores não reconhecem os débitos e os questionam judicialmente. Além disso, como a lista de devedores não é tornada pública por recomendação da Advocacia-Geral do Estado, os proponentes de projetos esportivos têm dificuldades para encontrar potenciais financiadores por meio dessa norma.

Em relação aos Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg –, o evento encontra-se em andamento, sendo que a etapa microrregional já foi concluída. Foi sugerido pelos parlamentares que a Sedese estude formas de incentivar os municípios a sediarem os jogos, já que muitos municípios não têm condições de arcar com os custos, sobretudo na atual conjuntura fiscal. Embora o ICMS Esportivo atribua pontuação aos municípios que sediam o Jemg, parece que esse mecanismo não tem sido suficiente para estimular os municípios a sediarem os jogos.

Há também dificuldades financeiras para a realização dos Jogos do Interior de Minas Gerais, que não foram realizados no primeiro semestre de 2019, mas a Sedese tem buscado parcerias para tentar executá-los no segundo semestre de 2019. O custo dos jogos é estimado em 2 milhões de reais.

Outro tema abordado foi a distribuição de material esportivo. O modelo atual, em que o Estado adquire os materiais e os distribui para os municípios, foi questionado. Parlamentares alegaram que os materiais são de baixa qualidade e custam caro, e sugeriram que o processo seja modificado, de modo que o Estado repasse os recursos aos municípios para que estes realizem o processo de aquisição desses equipamentos. A titular da pasta não demonstrou ressalvas ao pleito, e defendeu o aprimoramento e a intensificação de ações de fiscalização enquanto o atual modelo de distribuição não é modificado.

Direitos humanos

Não foram abordadas na apresentação da secretária, de forma específica, as políticas públicas voltadas para a população LGBTQI+, as juventudes e os povos e as comunidades

tradicionais, temas priorizados pela comissão, que foram abordados a partir dos questionamentos de deputadas e deputados.

Em relação ao controle social, por meio da atuação dos conselhos e comitês subordinados administrativamente à Sedese, segundo tema priorizado pela comissão, a secretária informou que dos 21 conselhos existentes, 18 já se reuniram ou estão com reuniões agendadas para este ano, o que demonstra um esforço para incrementar a atuação dessas instâncias no Estado.

Em resposta aos questionamentos dos parlamentares, a secretária informou que:

- o projeto de lei de criação de conselho específico para a população LGBTQI+ está em estudo pelo governo estadual;
- em razão da reforma administrativa, a Sedese recebeu a Mesa de Diálogo, transferida da Seplag, e que o momento é de reestruturação, com novo formato e novas prioridades, com a primeira reunião agendada para junho, mas garantiu que a Mesa permanece como espaço de intermediação, diálogo e solução de conflitos; além disso, a política habitacional urbana passou a ser de competência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a política rural, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- a Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais está se reunindo regularmente;
- a secretaria tem atuado, em parceria com a Fundação João Pinheiro, nas Comunidades Marinhos, Rodrigues, Sapé e Ribeirão, localizadas no Município de Brumadinho, visando ao seu fortalecimento, tendo em vista os efeitos do rompimento da barragem, e tem prestado apoio técnico na elaboração de um plano de trabalho para que essas comunidades recebam recursos da Vale;
- sobre a construção de uma política estadual para atingidos pelo rompimento de barragens, como uma política de direitos humanos, a proposta de desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.312/2016 ou de envio de novo projeto a esta Casa será encaminhada ao governador do Estado; além disso, está sendo elaborado um protocolo de atuação do Estado no caso de novos rompimentos de barragens;
- o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, importante ferramenta para nortear as ações do Estado, está em elaboração; já o Plano Estadual de Igualdade Racial está sendo revisto, assim como o Plano Estadual para a Juventude, com prioridade de implementação de ações voltadas para jovens negros e empregabilidade da juventude;
- o Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo, instituído pela Lei nº 23.203, de 2018, envolve diversas secretarias e por isso está em processo de avaliação pela atual gestão, com possibilidade de reedição;

- a Casa de Direitos Humanos, equipamento importante da política, que reunia os principais serviços da rede e é o principal canal de recebimento de denúncias de violações, será transferida para o Memorial de Direitos Humanos e transformada em Casa dos Conselhos, local que funcionará como museu e que reunirá os conselhos, comissões e comitês com apoio técnico da secretaria para incremento da participação social;
- os Centros de Referência em Direitos Humanos serão mantidos;
- está sendo elaborado o Observatório de Direitos Humanos, metodologia da secretaria para construir indicadores de monitoramento e avaliação com base nas notificações de violações de direitos humanos no Estado;
- serão mantidos os Programas de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM –, de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Provita – e de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Minas Gerais – PPDDH-MG;
- será prestado apoio aos municípios para o desenvolvimento das políticas de direitos humanos de maneira mais efetiva no âmbito local;
- o Estado pretende elaborar um plano habitacional para discutir direito à moradia, déficit habitacional e formas de financiamento, mas, segundo a secretária, estados e municípios dependem de uma política nacional de habitação, que até a gestão passada era o programa Minha Casa Minha Vida; dessa forma, o Estado está aguardando um novo programa habitacional do governo federal.

Proteção à pessoa com deficiência

Em relação ao primeiro tema escolhido por essa comissão, **a articulação das políticas públicas de atenção à pessoa com deficiência**, com a mudança na estrutura administrativa do governo estadual, a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – órgão executor do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conped) – passou a integrar a Sedese. Os deputados manifestaram sua preocupação com o foco do governo na condução das ações voltadas a esse público, lembrando que não há uma política pública consolidada na área. Como exemplo, mencionaram o fechamento das escolas de educação especial, apesar das demandas de pais e responsáveis por alunos pela manutenção desses estabelecimentos.

Quanto à **inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**, outro tema de ênfase da comissão, os deputados ressaltaram a necessidade de articulação da Sedese com a Secretaria do Trabalho – subordinada ao Ministério da Economia – para promover ações de

conscientização das empresas para a realização de ações de acessibilidade e o cumprimento da chamada Lei de Cotas (Lei Federal nº 8.213, de 1991, que, entre outras disposições, define percentual mínimo de pessoas com deficiência a serem contratadas por empresas). Uma das ações mencionadas pela secretária foi a realização do Dia D pela Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho no mês de setembro, em parceria com o governo federal; os deputados reforçaram a importância do evento, que também ocorre nas dependências da Assembleia. Outras ações que serão mantidas pela secretaria dizem respeito à capacitação profissional para as pessoas com deficiência e a concessão do Prêmio Empresa Inclusiva.

O relatório de gestão da secretaria apresentou algumas informações sobre a organização do atendimento às pessoas com doenças raras em centros de referência de cuidados multidisciplinares no Estado, mas a secretária não abordou o tema em sua exposição.

Trabalho, emprego e renda e assistência social

O **combate ao desemprego e geração de emprego e renda, com foco nas populações vulneráveis**, um dos temas enfatizados pela comissão, foi abordado de maneira recorrente durante a reunião. A secretária informou que, após diagnóstico com base no Índice Mineiro de Vulnerabilidade Social, índice em desenvolvimento pela secretaria, pretendem elaborar um plano de desenvolvimento com vistas a reduzir as desigualdades e buscar autonomia na geração de renda para as populações mais vulneráveis por meio da capacitação das pessoas que recebem Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada. Além disso, citou a importância da articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, a futura criação de um fundo estadual do trabalhador, e o fortalecimento das parcerias com o Sistema S como medidas importantes para combater o desemprego e gerar emprego e renda no Estado.

Embora não tenha sido enfatizado previamente, outro tema bastante questionado foi a **retomada do pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social para todos os municípios**. Quanto a isso, a secretária respondeu que havia um atraso de 23 meses quando assumiu a pasta e que o valor desse atraso ainda não foi recomposto; disse que paga hoje na integralidade 40% dos municípios e um dos critérios é o tamanho dos municípios – os menores recebem antes. Segundo ela, ainda que nem todos os municípios estejam recebendo o valor integral, a secretaria optou, neste momento, por garantir a continuidade do repasse mensal para que os municípios possam planejar as suas ações. Complementou informando que está sendo discutida na CIB uma nova metodologia para o repasse do piso.

Além desses temas, que provocaram maior debate na reunião, também foram discutidas as seguintes questões:

- implementação do projeto Território de Proteção, na proteção social básica;
- implantação do prontuário eletrônico do Suas, também na proteção social básica;
- regionalização da proteção social e especial da assistência social e organização de consórcios públicos para oferta de serviços regionalizados;
- elaboração do Plano Estadual de Assistência Social;
- fiscalização do cumprimento, por parte das empresas, do percentual de cargos a serem preenchidos por pessoas com deficiência;
- fortalecimento da atuação da Utramig;
- apoio aos sindicatos de trabalhadores;
- fortalecimento dos setores de indústria e construção civil para propiciar a geração de empregos;
- garantia dos recursos necessários para a execução da política de assistência social, em especial do programa Rede Cuidar;
- preparação para a realização da Conferência Estadual de Assistência Social em 2019, embora o governo federal sinalize que não vai realizar a Conferência Nacional;
- continuidade da transferência de recursos às entidades que executam o serviço Casa Lar;
- atuação da Sedese em situações como a de Brumadinho com base em protocolo de atuação diferente do modelo de reparação implementado pela Fundação Renova;
- financiamento do governo federal para expansão dos Creas e para o programa Capacita Suas;
- políticas para a população em situação de rua, tendo em vista o aumento dessa população;
- economia popular e solidária;
- ações de superação da pobreza, especialmente na região Norte do Estado;
- política estadual de habitação de interesse social, tendo em vista o déficit de moradias no Estado;
- segurança alimentar e nutricional e a realização de conferência para fundamentar a elaboração das diretrizes do novo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Direitos da mulher

As políticas públicas de enfrentamento das violências contra as mulheres, principalmente as mulheres negras, destacando-se o combate ao feminicídio e a necessidade de ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – e de

reestruturação das existentes, foi tema priorizado e recorrente nas discussões. A secretária informou que vem articulando o fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher junto a outros atores e outras secretarias, como educação (com políticas de prevenção), saúde, esportes e segurança pública. Reconheceu a necessidade de ampliação e estruturação das Deams, em articulação com a Polícia Civil, mas reconheceu também a dificuldade devido à restrição orçamentária. Destacou a importância do Centro de Atendimento das Mulheres em Situação de Violência – Cerna –, especialmente na articulação de apoio técnico aos municípios para fomentar políticas locais de proteção às mulheres. Informou, ainda, que existe um esforço de gestão para o retorno, o mais breve possível, dos Ônibus Lilás, unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado, que se encontram parados por falta de recursos financeiros.

Quanto à autonomia econômica e empregabilidade das mulheres, tema também priorizado pela comissão, a secretária afirmou que o esforço é para a execução das ações do Plano Decenal de Política para Mulheres e que a secretaria está construindo ferramentas para o monitoramento dessas ações. E citou a realização de alguns programas, como o Arte de Juntar – aprendizado de artesanato com materiais recicláveis – e o Mulheres Mil, formação profissional articulada com aumento de escolaridade, da Utramig e Pronatec.

Outra questão abordada, não priorizada pela comissão, foi a saúde da mulher, especialmente quanto ao aumento do índice de mortalidade materna, conforme consta no Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM –, do número de cesáreas e de casos de câncer de mama. A secretária informou que está articulando, com a Secretaria de Saúde, ações, principalmente no âmbito das unidades básicas de saúde, com vistas a diminuir esses índices.

IV – Recomendações

Em atendimento ao art. 9º da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019, as comissões apresentaram recomendações decorrentes da reunião na forma dos requerimentos a seguir.

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

- RQN nº 1.698/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a alteração do atual processo de distribuição de equipamentos esportivos, de modo a transferir para os municípios, mediante financiamento do Estado, a atribuição de adquirir esses equipamentos.

- RQN nº 1.703/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a criação de mecanismos de incentivo para que os municípios sediem os Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg –, já que muitos municípios não têm condições de arcar com os custos desse evento.
- RQC nº 2.772/2019 – Audiência pública da comissão para debater o financiamento do esporte, em especial as normas estaduais de incentivo a projetos esportivos – Lei nº 16.318, de 2006, e Lei nº 20.824, de 2013.

Comissão de Direitos Humanos

- RQN nº 1.674/2019 – Pedido de providências ao governador do Estado para o desarquivamento do Projeto de Lei n° 4.398/2017, que cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CEC-LGBT –, ou o envio a esta Casa de novo projeto com a mesma finalidade.
- RQN nº 1.678/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que seja solicitado o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.312/2016, do governador do Estado, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências.
- RQN nº 1.673/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para dar viabilidade à execução física e orçamentária das metas da Ação 4547 – Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos –, do Programa 036 – Promoção da Cidadania e Participação Social – do PPAG 2016-2019, exercício 2019, de forma a garantir a manutenção dos centros.
- RQN nº 1.676/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para dar celeridade à elaboração ou implementação dos planos estaduais de enfrentamento da pobreza no campo, de igualdade racial e de juventudes e à execução das ações do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

- RQN nº 1.718/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as ações de qualificação profissional da pessoa com deficiência promovidas por essa secretaria no primeiro semestre de 2019 e qual o cronograma previsto para os próximos meses, com detalhamento dos cursos oferecidos,

parcerias realizadas, municípios atendidos, número de pessoas atendidas e número de pessoas inseridas no mercado de trabalho após a qualificação.

- RQN nº 1.675/2019 – Pedido de informações ao Ministério da Economia acerca das ações de fiscalização das empresas, no Estado, quanto ao cumprimento do percentual mínimo de contratação de pessoas com deficiência previsto pelo art. 93 da Lei Federal n° 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
- RQN nº 1.694/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que sejam definidos quais serão os centros de referência de cuidados multidisciplinares no Estado para atendimento às pessoas com doenças raras.
- RQN nº 1.697/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social com vistas a capacitar as pessoas com deficiência para ocupar cargos, tendo em vista o cumprimento do percentual mínimo de contratação de pessoas com deficiência previsto pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

- RQN nº 1.754/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Fazenda para ampliar o repasse dos recursos referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social para que todos os municípios recebam o valor integral com regularidade.
- RQN nº 1.753/2019 – Pedido de providências à Loteria do Estado de Minas Gerais para a regularização do repasse dos recursos necessários à continuidade da execução do Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Sistema Único de Assistência Social – Rede Cuidar.
- RQC nº 2.910/2019 – Audiência pública da comissão para discutir a manutenção de postos de trabalho e a criação de novos postos e políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho nas regiões e cidades afetadas pela crise da mineração no Estado.
- RQN nº 1.751/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a manutenção de postos de trabalho, a criação de novos postos e políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho nas regiões e cidades afetadas pela crise da mineração no Estado.

- RQN nº 1.748/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o cronograma previsto para a efetivação da inclusão da população em situação de rua no Cad-Único e para a conclusão do projeto baseado no modelo Moradia Primeiro, que, conforme sua informação, está sendo elaborado pela pasta de que é titular.
- RQC nº 2.907/2019 – Audiência pública da comissão para discutir a instituição do Fundo de Trabalho do Estado de Minas Gerais – FTMG –, necessário para a manutenção do Sistema Nacional de Emprego – Sine – de Minas Gerais.
- RQN nº 1.745/2019 – (Anexado ao RQN 1747 2019) – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria de que é titular para a manutenção e criação de postos de trabalho e políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho nas regiões e cidades afetadas pela crise da mineração no Estado.
- RQC nº 2.905/2019 – Audiência pública da comissão para discutir a situação do desemprego em Minas Gerais, as medidas do governo do Estado para a manutenção dos atuais postos de trabalho, a criação de novos postos e as políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho.
- RQN nº 1.750/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as medidas já tomadas, as ações em andamento e o cronograma das providências a serem tomadas para garantir a aplicação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o exercício de 2019 no que tange aos Programas 167 – Formação Profissional para o Mercado de Trabalho e Geração de Renda; 164 – Expansão, Consolidação e Internacionalização das Instituições de Ensino e Pesquisa; 127 – Inclusão Produtiva para o Mundo do Trabalho; 40 – Estudos, Pesquisas, Informações e Dados Estatísticos Produzidos pela FJP; 19 – Promoção Social de Jovens no Campo e Periferias Urbanas; e 81 – Educação para a Juventude.
- RQN nº 1746/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as medidas já tomadas, as ações em andamento e o cronograma das providências a serem executadas para garantir a aplicação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o exercício de 2019 em relação ao Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária.

- RQN nº 1.747/2019 – (Proposição anexada: RQN 1.745/2019) – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria de que é titular para a manutenção

e a criação de postos de trabalho, bem como de políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho.

- RQN nº 1.706/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a instituição imediata do Fundo do Trabalho do Estado de Minas Gerais – FTMG –, necessário para a manutenção do Sistema Nacional de Empregos – Sine – em Minas Gerais.
- RQN nº 1.744/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o cronograma de instituição do Fundo do Trabalho do Estado de Minas Gerais – FTMG –, necessário para a manutenção do Sistema Nacional de Emprego – Sine – em Minas Gerais.
- RQN nº 1.757/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as iniciativas que o governo do Estado pretende adotar relativas aos órgãos Fucam e Utramig.
- RQN nº 1.756/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o cronograma de desembolso financeiro da Loteria Mineira referente aos recursos destinados ao Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema de Assistência Social – Suas (Rede Cuidar), em conformidade com a Lei nº 22.597, de 2017, e o Decreto nº 47.288, de 2017.
- RQN nº 1.755/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre a avaliação e os desdobramentos do Programa de Enfrentamento à Pobreza Rural e do Programa Trampos.
- RQN nº 1.712/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social – Sedese – para o estabelecimento de dinâmica regular e permanente de funcionamento da Mesa de Diálogos.
- RQN nº 1.752/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o cronograma dos Jogos Indígenas.
- RQN nº 1.749/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social sobre o planejamento, as ações realizadas e o modelo de reparação adotado em relação às famílias e comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, da mineradora Vale.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

- RQN nº 1.679/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre a continuidade da politica de enfrentamento da violência

contra a mulher do campo, da floresta e das águas e sobre a manutenção do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

- RQN nº 1.711/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o papel do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado.
- RQN nº 1.719/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o cronograma para a eleição das novas integrantes do Conselho Estadual da Mulher.
- RQN nº 1.841/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a manutenção do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça em Minas, para empresas públicas.
- RQN nº 1.833/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para o fortalecimento da transversalidade com espaços de formulação, implementação, avaliação e integração das políticas para as mulheres, em articulação com o governo.
- RQN nº 1.709/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre a prevenção da violência e atendimento às mulheres vítimas da violência no interior, tendo em vista que o Estado possui 28 centros de referência e atendimento à mulher, que precisam ser acompanhados, e 825 municípios que não o possuem, bem como sobre a criação de redes locais ou regionais de enfrentamento da violência e acompanhamento das redes existentes.
- RQN nº 1.831/2019 – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a formulação de uma política de promoção da autonomia financeira das mulheres, com a geração e a divulgação de dados e indicadores sobre o trabalho das mulheres no Estado.
- RQN nº 1.690/2019 – Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre a viabilização das ações propostas no plano decenal, principalmente aquelas pertinentes ao enfrentamento da violência e promoção da autonomia das mulheres, e sobre os prazos e o cronograma de implementação dessas ações para a atual gestão.

Sala das Reuniões, de de 2019.

Deputado Zé Guilherme

Presidente e relator da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Esporte, Lazer e Juventude; de Direitos Humanos; de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; de Trabalho, Previdência e Assistência Social; e de Defesa dos Direitos da Mulher– Assembleia Fiscaliza